



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GAB. DES. ROMERO MARCELO DA FONSECA OLIVEIRA

ACÓRDÃO

APELAÇÃO E REMESSA NECESSÁRIA N.º 0002177-66.2014.815.2001.

REMETENTE: 4.ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital.

RELATOR: Des. Romero Marcelo da Fonseca Oliveira.

1.º APELANTE: Estado da Paraíba.

PROCURADOR: Felipe de Brito Lima Souto.

2.º APELANTE: PBPREV – Paraíba Previdência.

ADVOGADO: Renata Franco Feitosa Mayer.

APELADO: Francimária Nunes Feitoza Epaminondas.

ADVOGADO: Joaquim da Silva Ramos Neto.

EMENTA: APELAÇÕES E REMESSA NECESSÁRIA. AÇÃO DE RESTITUIÇÃO DE INDÉBITO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE JUDICIÁRIA – GAJ. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA. LEGITIMIDADE DO ENTE ESTATAL PARA FIGURAR NO POLO PASSIVO DE DEMANDA QUE OBJETIVA A RESTITUIÇÃO DOS DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS. SÚMULA Nº 48, DESTES TRIBUNAL DE JUSTIÇA. REJEIÇÃO. MÉRITO. PERÍODO ANTERIOR AO ADVENTO DA LEI Nº 8.923/2009. NATUREZA *PROPTER LABOREM*. VERBA NÃO INCORPORADA AOS PROVENTOS DA APOSENTADORIA. DESCONTO INDEVIDO. PERÍODO POSTERIOR À VIGÊNCIA DA LEI. CARÁTER VENCIMENTAL. DESCONTO DEVIDO. RESTITUIÇÃO DOS VALORES RECOLHIDOS ANTES DA NOVA LEI. POSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DOS JUROS DE MORA A PARTIR DO TRÂNSITO EM JULGADO. CORREÇÃO MONETÁRIA DESDE CADA RECOLHIMENTO INDEVIDO, UTILIZANDO-SE COMO INDEXADOR O IPCA. PROVIMENTO PARCIAL DA REMESSA NECESSÁRIA E DO APELO DO ESTADO. DESPROVIMENTO DO APELO DA PBPREV.

1. “O Estado da Paraíba e os Municípios, conforme o caso, e as autarquias responsáveis pelo gerenciamento do Regime Próprio de Previdência, têm legitimidade passiva quanto à obrigação de restituição de contribuição previdenciária recolhida por servidor público ativo ou inativo e por pensionista”. Súmula 48, TJ/PB.
2. Apenas após o advento da Lei nº 8.923/2009, a Gratificação de Atividade Judiciária – GAJ passou a ter caráter vencimental, revestindo-se de legalidade os descontos sobre ela incidentes a título de contribuição previdenciária.
3. Considerando a declaração de inconstitucionalidade por arrastamento da expressão “independentemente de sua natureza”, contida no art. 1º-F, da Lei Federal nº 9.494/97, com a redação dada pela Lei nº 11.960/09, realizada pelo STF por ocasião do julgamento da ADI nº 4.425/DF, e consoante a atual jurisprudência do STJ, os juros de mora incidentes nas ações de repetição de indébito tributário devem

ser calculados na razão de 1% ao mês a partir do trânsito em julgado (art. 167, parágrafo único, do CTN, e Súmula n.º 188, do Superior Tribunal de Justiça).

4. A correção monetária há de ser computada cada recolhimento indevido, utilizando-se como indexador o IPCA. Precedentes do STF e do STJ.

VISTO, relatado e discutido o presente procedimento referente à Remessa Necessária e à Apelação Cível n.º 0002177-66.2014.815.2001, em que figuram como Apelantes o Estado da Paraíba e a PBPREV – Paraíba Previdência, e como Apelada Francimária Nunes Feitoza Epaminondas.

ACORDAM os eminentes Desembargadores integrantes da Colenda Quarta Câmara Especializada Cível do Tribunal de Justiça da Paraíba, à unanimidade, acompanhando o voto do Relator, **em conhecer da Remessa Necessária e das Apelações, para rejeitar a preliminar e, no mérito, dar provimento parcial ao Apelo do Estado da Paraíba e à Remessa Necessária, e negar provimento ao Apelo da PBPREV – Paraíba Previdência.**

VOTO.

O **Estado da Paraíba** interpôs **Apelação** contra a Sentença, f. 61/65, prolatada pelo Juízo da 4.ª Vara da Fazenda Pública da Comarca desta Capital, nos autos da Ação de Restituição de Contribuição Previdenciária ajuizada em face dele e da **PBPREV – Paraíba Previdência** por **Francimária Nunes Feitoza Epaminondas**, que rejeitou a preliminar de ilegitimidade do ente estatal e, no mérito, julgou procedente o pedido, condenando-os à restituição dos valores indevidamente descontados a título de contribuição previdenciária sobre a GAJ, relativos ao período anterior à Lei n.º 8.923/2009, observada a prescrição quinquenal, com juros de mora de 0,5% ao mês, desde a data do desconto indevido até 30/06/2009, e, a partir de então, na forma do art. 1º-F, da Lei n.º 9.494/97, deixando, entretanto, de fixar a correção monetária, e ao pagamento dos honorários advocatícios fixados no percentual de 15% sobre o valor da condenação, submetendo, ao final, o Julgado ao duplo grau de jurisdição obrigatório.

Em suas razões, f 67/79, repisou a preliminar de sua ilegitimidade passiva e, no mérito, alegou que a GAJ possui natureza remuneratória, sendo legítimos os descontos previdenciários sobre ela incidentes e, que os juros de mora em repetição de indébito deverão ser fixados a partir da data do trânsito em julgado da decisão.

Requeru o acolhimento da preliminar, e, caso ultrapassada, pugnou pelo provimento do Recurso para que a Sentença seja reformada e o pedido julgado improcedente, ou, na hipótese de entendimento diverso, que seja levado em consideração como início de contagem do prazo dos juros de mora e da correção monetária, o trânsito em julgado da decisão.

A **PBPREV – Paraíba Previdência** também interpôs Apelação, f. 80/85, alegando que a GAJ sempre possuiu caráter remuneratório, o que justifica a legalidade dos descontos previdenciários sobre ela incidentes.

Aduziu que como houve a sucumbência parcial, porquanto o pedido foi julgado parcialmente, os honorários advocatícios deverão ser recíproca e proporcionalmente distribuídos entre as partes, em conformidade com o preceituado no art. 21, do CPC.

Pugnou pelo provimento do Recurso para que a Sentença seja reformada e o pedido julgado improcedente, ou, na hipótese de entendimento diverso, que a verba advocatícia seja rateada, proporcionalmente, entre os litigantes.

Contrarrazoando os recursos, f. 90/99, a Apelada/Autora alegou que a GAJ por ter caráter *propter laborem* não se incorpora aos proventos de aposentaria, motivo pelo qual sobre ela não deve incidir a contribuição previdenciária, requerendo o desprovimento do Apelo.

A Procuradoria de Justiça emitiu Parecer, f. 105/108, opinando pela rejeição da preliminar de ilegitimidade passiva do Estado e, no mérito, pelo regular processamento do Recurso, sem sua manifestação.

É o Relatório.

Conheço da Remessa Necessária e das Apelações, porquanto presentes os requisitos de admissibilidade, analisando-as conjuntamente em virtude da indissociabilidade de seus argumentos.

A Súmula n.º 48¹, deste Tribunal, firmou o entendimento de que a obrigação de restituição de contribuição previdenciária recolhida por servidor público ativo ou inativo e por pensionista é concorrente, ou seja, do ente estatal e do órgão previdenciário.

Tratando-se de ação em que se pede a devolução do indébito tributário, tanto o ente estatal como o órgão previdenciário são partes legítimas para figurarem no polo passivo da ação, **razão pela qual rejeito a preliminar de ilegitimidade passiva arguida pelo Estado da Paraíba em seu Apelo.**

Passo ao mérito.

Ao ser instituída pela Lei nº 5.634, de 14 de agosto de 1992, a Gratificação de Atividade Judiciária possuía caráter *propter laborem*, ou seja, era destinada a recompensar uma atividade, um risco ou um ônus do trabalho, o desempenho de uma função específica, motivo pelo qual sobre ela não deveria incidir a contribuição previdenciária.

Com a edição da Lei Estadual n.º 8.923/2009, a referida gratificação ganhou

¹“O Estado da Paraíba e os Municípios, conforme o caso, e as autarquias responsáveis pelo gerenciamento do Regime Próprio de Previdência, têm legitimidade passiva quanto à obrigação de restituição de contribuição previdenciária recolhida por servidor público ativo ou inativo e por pensionista”. (Súmula editada por força da decisão prolatada nos autos do Incidente de Uniformização de Jurisprudência nº.2000730-32.2013.815.0000, julgado em 19/05/2014, tendo as conclusões do Acórdão sido publicadas no DJ de 23/05/2014).

natureza jurídica de remuneração, agora destinada a todos os servidores do Poder Judiciário, com valor linear, diferenciado somente em razão dos cargos de Analista Judiciário, Técnico Judiciário e Auxiliar Judiciário, passando a ser incorporada, embora gradualmente, aos vencimentos do servidor, pelo que deve, a partir de então, sobre ela incidir a contribuição previdenciária.

A matéria foi analisada pelo Pleno deste Egrégio Tribunal no Mandado de Segurança nº 999.2009.000.892-4/001, julgado em 24 de fevereiro de 2010, de Relatoria do Des. Romero Marcelo da Fonseca de Oliveira, no qual foi enfrentada a questão relativa à natureza jurídica da GAJ que passou a ter caráter vencimental, passando, portanto, a incidir sobre ela a Contribuição Previdenciária, conforme se infere de Julgado deste Tribunal de Justiça².

2PRELIMINAR. LEGITIMIDADE DO ESTADO PARA FIGURAR NO POLO PASSIVO DA DEMANDA. ENTE RESPONSÁVEL PELO RECOLHIMENTO DOS DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS. SERVIDOR DA ATIVA. PRECEDENTES DESTA CORTE DE JUSTIÇA E DOS TRIBUNAIS PÁTRIOS. ACOLHIMENTO. Detém legitimidade para figurar no polo passivo da demanda aquele que tem poderes para possibilitar o cumprimento do comando debatido nos autos, no que se refere à cessação de desconto previdenciário, principalmente quando se tratar de servidor da ativa. (Precedentes desta Corte). Não há de ser declarada a ilegitimidade do Estado da Paraíba em demanda na qual se pleiteia a suspensão de descontos previdenciários. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE ILEGALIDADE DE COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. PROVIMENTO PARCIAL. INDEFERIMENTO DO PEDIDO QUANTO À SUSPENSÃO E RESTITUIÇÃO DE DESCONTOS INCIDENTES SOBRE A GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE JUDICIÁRIA. IRRESIGNAÇÃO. ALEGAÇÃO DE SER VERBA DE CARÁTER PROPTER LABOREM. EDIÇÃO DA LEI Nº 8.923/09. CONCESSÃO DE FORMA GERAL E LINEAR A TODOS OS SERVIDORES DO JUDICIÁRIO PARAIBANO. PARCELA REMUNERATÓRIA QUE INTEGRARÁ O BENEFÍCIO DA APOSENTADORIA. MANUTENÇÃO DO DESCONTO PREVIDENCIÁRIO. RESTITUIÇÃO DOS VALORES RECOLHIDOS INDEVIDAMENTE ANTES DA CRIAÇÃO DA NORMA REGULAMENTADORA. INCIDÊNCIA DO PRAZO PRESCRICIONAL DE CINCO ANOS, PREVISTO NO DECRETO Nº 20.910/32. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. AUTOR DECAIU EM PARTE MÍNIMA DO PEDIDO. SUCUMBÊNCIA DE RESPONSABILIDADE DOS APELADOS. MODIFICAÇÃO, EM PARTE, DA SENTENÇA. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DESTA EGRÉGIO TRIBUNAL. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO. Com a edição da Lei Ordinária Estadual nº 8.923/09, a Gratificação de Atividade Judiciária começou a ser paga de forma linear e universal, passando a existir expressa previsão legal acerca da incorporação dos valores pagos a esse título. - “Art. 1º A Gratificação de Atividade Judiciária a que se referem os parágrafos 1º e 2º, do art. 6º, da Lei nº. 5.634, de 14 de agosto de 1992, paga aos servidores efetivos e celetistas do Poder Judiciário do Estado da Paraíba, passa a ser nos valores constantes no Anexo Único desta Lei. Parágrafo único. A GAJ, na forma definida neste artigo, será implantada automaticamente no pagamento de todos os servidores efetivos e celetistas, inclusive daqueles que vierem a ser nomeados, a partir da vigência desta Lei.” (Art. 1º da Lei nº 8.923/2009). - Se o servidor passa a incorporar determinada parcela da remuneração ao seu patrimônio, levando-a para a sua inatividade, por ocasião da aposentadoria, deve, em respeito aos princípios da contributividade e da solidariedade, a partir desse momento, recolher aos cofres públicos, a contribuição previdenciária correspondente. A Gratificação de Atividade Judiciária, antes da criação da Lei regulamentadora, possuía caráter “propter laborem”, e, segundo entendimentos jurisprudenciais, é vedado o recolhimento de contribuição sobre verbas de tal natureza, desse modo, os descontos, efetuados antes da supracitada norma, devem ser restituídos, respeitado o prazo prescricional de 05(cinco) anos, antes da propositura da ação. - “Se um litigante decair de parte mínima do pedido, o outro responderá, por inteiro, pelas despesas e honorários” (Art. 21, parágrafo único, do CPC) (TJPB, AC 025.2010.002761-1/001, Primeira Câmara Especializada Cível; Rel. Des. José Ricardo Porto, DJPB 15/10/2012, Pág. 11).

Recentemente, quando do julgamento da Remessa Oficial n.º 200.2010.026037-7/001³, de Relatoria do Des. João Alves da Silva, esta Quarta Câmara Especializada Cível firmou o entendimento unânime, inclusive com nova mudança de entendimento de minha parte, de que até o advento da Lei Estadual n.º 8.923/2009 a GAJ tinha caráter *propter laborem*, motivo pelo qual era indevido o desconto da contribuição previdenciária sobre ela incidente, sendo devida, portanto, a restituição dos valores descontados durante esse período.

Quanto ao termo inicial para a incidência dos juros de mora, deve haver modificação da Decisão, uma vez que nas demandas contra a Fazenda Pública, cujo objeto é a repetição de indébito tributário, o cálculo incidirá a partir do trânsito em julgado da sentença, nos termos da Súmula n.º 188, do STJ⁴.

No que diz respeito à correção monetária, com base na mais recente jurisprudência do Pretório Excelso⁵, e do STJ⁶ há de ser computada desde cada

3 RECURSO OFICIAL N.º 200.2010.026037-7/001 RELATOR: Desembargador João Alves da Silva PROMOVENTE: Francisca Andreza Alves (Adv. Eduardo Monteiro Dantas e outro) PROMOVIDO: PBPREV – Paraíba Previdência (Adv. Francisco Jackson Ferreira e outro) REMETENTE: Juízo da 5ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital. RECURSO OFICIAL. LEGITIMIDADE PASSIVA DO ENTE ESTATAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A GAJ. NATUREZA PROPTER LABOREM. VERBA NÃO INCORPORADA AOS PROVENTOS DA APOSENTADORIA. CARÁTER RETRIBUTIVO. DESCABIMENTO. VIGÊNCIA DE LEI NOVA. TRATAMENTO DIFERENCIADO. GENERALIDADE E DEFINITIVIDADE. POSSIBILIDADE DE DESCONTO. JUROS DE MORA. APLICAÇÃO DO CTN. CORREÇÃO MONETÁRIA. INCIDÊNCIA A PARTIR DO PAGAMENTO INDEVIDO. PROVIMENTO PARCIAL DA REMESSA. “Detém legitimidade para figurar no polo passivo da demanda aquele que tem poderes e atribuições para possibilitar o cumprimento do comando debatido nos autos, no que se refere a cessação de desconto previdenciário, principalmente quando se tratar de servidor em atividade.” A Gratificação de Atividade Judiciária foi delineada com caráter de verba *propter laborem*, ou seja, o seu pagamento somente encontrava razão de existir enquanto o servidor estivesse desenvolvendo atividade excepcional. Por outro lado, a sua concessão era realizada de forma não linear (valores diversos para servidores do mesmo quadro funcional) e com caráter não universal (nem todos os servidores do Poder Judiciário Paraibano eram contemplados). Sobrevindo normativo que altera a constituição do benefício, recebendo contornos de definitividade e generalidade, se reveste de legalidade o desconto previdenciário. Os juros de mora relativos à restituição de indébito decorrente de contribuição previdenciária têm natureza tributária, pelo que são devidos à razão de 1% ao mês, segundo o art. 161, 1º, do CTN, não se aplicando o art. 1º-F da Lei n. 9.494/1997. Com relação à correção monetária, esta deverá incidir a partir dos recolhimentos, aplicando-se o percentual equivalente ao incidente sobre débitos tributários pagos com atraso, em atenção ao princípio da isonomia.[...] ACORDA a Quarta Câmara Especializada Cível do Tribunal de Justiça da Paraíba, por unanimidade, dar provimento parcial à remessa, nos termos do voto do relator, integrando a presente decisão a súmula de julgamento de fl. 118. (Publicado no DJE em 10/06/2014).

4 Súmula n.º 188. Os juros moratórios, na repetição do indébito tributário, são devidos a partir do trânsito em julgado da sentença.

5 [...] 5. A atualização monetária dos débitos fazendários inscritos em precatórios segundo o índice oficial de remuneração da caderneta de poupança viola o direito fundamental de propriedade (CF, art. 5º, XXII) na medida em que é manifestamente incapaz de preservar o valor real do crédito de que é titular o cidadão. A inflação, fenômeno tipicamente econômico-monetário, mostra-se insuscetível de captação apriorística (ex ante), de modo que o meio escolhido pelo legislador constituinte (remuneração da caderneta de poupança) é inidôneo a promover o fim a que se destina (traduzir a inflação do período). [...] (STF, ADI 4425, Rel. Min. Ayres Britto, Relator(a) p/ Acórdão Min. Luiz Fux, Tribunal Pleno, julgado em 14/03/2013, Dje-251, divulgação em 18/12/2013, publicação em 19/12/2013).

6 PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA. DIFERENÇAS DE CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS MORATÓRIOS. INCIDÊNCIA

recolhimento indevido, utilizando-se como indexador o IPCA.

Quanto aos honorários advocatícios, o pedido foi julgado procedente em sua totalidade, pelo que, não há o que se falar em sucumbência recíproca.

Posto isso, **conhecida a Remessa Necessária e as Apelações, rejeito a preliminar de ilegitimidade passiva do Estado da Paraíba e, no mérito, dou provimento parcial ao Apelo do Estado para delimitar o termo *a quo* dos juros de mora a partir do trânsito em julgado da sentença, e à Remessa Necessária para determinar que sobre o valor da condenação incida a correção monetária desde cada recolhimento indevido, utilizando-se como indexador o IPCA, e e nego provimento à Apelação da PBPREV., mantendo a Sentença nos seus demais termos.**

É o voto.

Presidiu o julgamento realizado na Sessão Ordinária desta Quarta Câmara Especializada Cível do Tribunal de Justiça da Paraíba, no dia 19 de maio de 2015, conforme Certidão de julgamento, o Exmo. Des. Frederico Martinho da Nóbrega Coutinho, participaram do julgamento, além deste Relator, os Excelentíssimos Desembargadores João Alves da Silva e José Ricardo Porto (para composição do quorum). Presente à sessão o Excelentíssimo Procurador de Justiça Dr. Amadeus Lopes Ferreira.

Gabinete no TJ/PB em João Pessoa,

Des. Romero Marcelo da Fonseca Oliveira
Relator

APENAS SOBRE EVENTUAL SALDO REMANESCENTE. POSSIBILIDADE DE DEDUÇÃO DOS VALORES PAGOS A MAIOR, AINDA QUE POR EQUÍVOCO DA ADMINISTRAÇÃO. [...] 7. Para fins de correção monetária, aplica-se a sistemática prevista na Resolução n. 134/2010 do Conselho da Justiça Federal, que aprovou o Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal. Após a vigência da Lei 11.960/2009, adota-se o IPCA, em virtude de sua inconstitucionalidade parcial, declarada pelo Supremo Tribunal Federal. 8. Embargos à execução parcialmente procedentes (STJ, EmbExeMS 11.371/DF, Rel. Ministro Rogerio Schietti Cruz, Terceira Seção, julgado em 12/02/2014, DJe 18/02/2014).